

A Ciência do Turismo se produz no processo das contradições epistemológicas de seus saberes

JOÃO DOS SANTOS FILHO*

Na academia o debate entre posições teóricas diferentes deve ser visto como uma prática coletiva e ir além da intenção, pois só o embate de ideias alimenta um futuro arcabouço teórico de uma ciência do turismo.

Resumo:

O objetivo deste artigo é demonstrar que o fenômeno turístico, para ser entendido, deve buscar, na academia e nas diferentes epistemologias existentes de sua explicação, o respaldo para a elaboração de políticas publicadas. Para isso, uma leitura do turismo brasileiro demonstra erros que se repetem e persistem até o presente, em razão da maioria das análises existentes feitas pelo Estado não possuírem sustentação científica e por desprezarem a história política e econômica brasileira.

Palavras-chave: Imagem do turismo; empreendedorismo; ditadura militar e turismo; políticas públicas.

No ano de 1964, com o golpe militar, configurou-se a “contrarrevolução burguesa”, como sabiamente descreve em sua vasta produção literária no campo da ciência política, o amigo sociólogo e professor, Florestan Fernandes. Por ser uns dos mais respeitados intelectuais da América Latina, junto com outros, foram perseguidos, presos e, muitas vezes, torturados, aposentados e forçados a deixar nossa pátria. Estudantes, professores, intelectuais, jornalistas, políticos, compositores, artistas e outros profissionais tiveram que procurar outros países para continuar vivendo.

O expansionismo da repressão militar não teve limites, atingiu a todos. Os golpistas arrasaram a intelectualidade brasileira, expulsaram cientistas, destituíram reitores das Universidades, colocando interventores militares ou entreguistas civis nessas instituições:

Na Universidade de São Paulo, uma comissão secreta formada por iniciativa do reitor Luís Antônio da Gama e Silva produziu um documento em que propunha a punição de 44 professores e concluía “serem realmente impressionantes as infiltrações de ideias marxistas nos vários setores universitários, cumprindo sejam afastados daí os seus doutrinadores e os



* **JOÃO DOS SANTOS FILHO** é Sociólogo, Turismólogo, professor da Universidade Estadual de Maringá e Faculdades Nobel.

agentes dos processos subversivos”. O sociólogo Florestan Fernandes, arrolado no IPM da USP, escreveu uma carta de protesto ao tenente-coronel que o chefiava na qual bradava: “Não somos um bando de malfeitores”. Como resposta, foi preso¹.

Vale ressaltar que o referido reitor da Universidade de São Paulo, no período de 27 de junho de 1963 a 26 de junho de 1966, o professor Luís Antonio da Gama e Silva, conhecido aliado da chamada “revolução” pelos militares golpistas, serviu-a em dois momentos: No primeiro, como Ministro da Justiça, permanecendo no cargo por apenas onze² dias, 4/4/1964 a 15/4/1964. No segundo, novamente como Ministro da justiça do governo de Costa e Silva, no período de 15 de março de 1967 a 30 de outubro de 1969. Gama e Silva³ ficou conhecido pela habilidade em criar os Atos Institucionais e garantir a repressão à sociedade civil e política.

O governo militar, preocupado com a imagem do Brasil no exterior que já era tido como país da tortura e da violação aos direitos humanos, graças à colaboração de entidades democráticas estrangeiras: Ongs, movimentos religiosos, partidos e políticos de esquerda, em conjunto com a atuação de exilados brasileiros. Criaram diversos meios de comunicação, jornais alternativos, reportagens ilustradas com fotos sobre as torturas, debate em rádios e televisões, como também palestras e cursos sobre o que estava ocorrendo em nosso país, ocasionando imensa repercussão no exterior e, naturalmente, no Brasil.

A imagem do Brasil era uma preocupação constante dos futuros golpistas que queriam ter em suas mãos um instrumento capaz de conter ou ocultar a crise da sociedade em todos os seus setores. Para isso, começou-se a articular a criação de um órgão que divulgasse a imagem do Brasil em conformidade com os interesses

do Estado, como pode ser confirmado no documento escrito pelo primeiro presidente da Embratur:

Entre dezembro de 1960 a fevereiro de 1967, desenvolveram-se os trabalhos iniciais para implantação da EMBRATUR. O CNTur, em pleno funcionamento, apesar da carência total de recursos, aprovou uma série de documentos preparada pela equipe encarregada da coordenação e implantação da EMBRATUR como empresa⁴.

Não é para duvidar e merece pesquisa se esse grupo acima mencionado não foi organizado no gabinete de Golbery do Couto e Silva. Tal questionamento vem ao encontro do quanto se tem a descobrir sobre a história do turismo brasileiro. Paralelo a isto ou por causa disto, o movimento estudantil e os intelectuais abraçavam os ares libertários e críticos de qualquer processo vindo de outros continentes, o que podemos ver refletido no excerto:

Desde 1965, começaram a se formar novos grupos, bem fechados, no interior do movimento estudantil para discutir as ideias de Regis Debray difundidas por *Temps Modernes*, a revista dirigida por Jean Paul Sartre, e pela revista cubana Casa de las Américas. Entre eles, os futuros criadores do jornal alternativo Piquete, que se reuniram em torno de uma vontade comum: ser revolucionário. Quase todos tinham origem na pequena burguesia, sendo a maioria estudantes universitários. Fizeram-se reuniões do agrupamento e um objetivo foi posto: “os companheiros deveriam conhecer a teoria e a prática das organizações de esquerda, então existentes, ao mesmo tempo em que deveriam desenvolver sua própria formação política e sua transformação ideológica [...]”⁵.

Por isso, em 1966, o governo Federal, atordoado com o que falavam de seus governantes no exterior, sentiu o incomodo de ter que deixar a farda (caserna) e governar a sociedade de civis com base na democracia e não no comando de tropas e hierarquias, pelo menos era essa a pressão e desejo dos brasileiros que lutaram abertamente ou na clandestinidade. Criou-se, nesse ano, pelo decreto-lei n.º 55, de 18 de novembro do mesmo ano, a Embratur com o objetivo explícito de coordenar o desenvolvimento do turismo brasileiro. E, implícito de refazer a imagem do Brasil no exterior, assim, nada melhor que uma entidade através da qual se divulgassem as belezas naturais de um país exótico, pró-americano cujos coronéis governantes cinco-estrelas fossem pessoas que tivessem passado direta ou indiretamente pelas *War Colleges*, dando origem à criação da Escola Superior de Guerra – ESG.

A “contrapropaganda”, feita e divulgada no governo militar, desencadeada pela Embratur para mudar e amenizar a fama de país governado à base de uma ditadura fascista⁶, objetivava formatar a imagem da mulher brasileira, cobiçada pelos seus atributos estéticos como a bunda, os seios e pela facilidade em namorá-la, e mostrar as delícias do carnaval e os conhecidos biquínis fio dental. Voltado para este aspecto, há um estudo sobre a imagem do Brasil no exterior, desenvolvido pela professora Rosana Bignami, em seu livro *A Imagem do Brasil no Turismo*.

No ano de 1970, éramos recém-nascidos no campo do turismo profissional e acadêmico, somente em 1971, surgiu o primeiro curso de graduação, obviamente acoplado ao ufanismo do “milagre brasileiro”. Concomitante, as denúncias de torturas e assassinatos de presos políticos se intensificaram e, ao mesmo tempo, em conformidade com os militares

do Brasil ame-o ou deixe-o, uma nova nação estava surgindo.

Na verdade, um novo Brasil surgiu, entretanto, aprofundou-se a miséria, diminui o censo – crítico dos alunos e dos professores, instalando a perseguição aos que pensavam diferentemente dos militares. Perdemos colegas de sala de aula que foram mortos por atuar junto à UNE; tivemos torturadores que foram promovidos, e aqueles que perderam seus empregos de torturadores no DOPS, em 1980, foram contratados pela FEBEM, na qual tivemos o privilégio, junto a defensores da democracia e na defesa dos direitos humanos, de demiti-los da entidade quando lá estava como presidente Maria Inês Bierrenbach.

Porém, os fatos não ocorrem como se esperava, o turismo popular era odiado o denominado farofeiro. A elite sempre se comportou como entreguista; a classe média filha, do golpe de 1964, propõe uma política nacional de turismo voltada exclusivamente para o fluxo receptor de turistas estrangeiros. Para isso, foi criada a Embratur, com a finalidade de vender uma imagem de fetiche da realidade política, econômica e social do Brasil.

Em 2003, coadunando com a meta passada, o governo retoma sua intenção original, transformando a Embratur num grande “Convención Bureau, acompanhado dos cobiçados salários pagos aos funcionários dos recém criados escritórios internacionais”.

Apesar dessas questões, avançamos academicamente e epistemologicamente, professores e investigadores nacionais escreveram preciosos estudos sobre o fenômeno do turismo no Brasil. Linhas de investigação surgiram, centros de estudos foram criados, o número de cursos universitários se multiplicaram e esse fenômeno se tornou objeto de estudo no meio acadêmico mundial.

Na atualidade, o Brasil já possui quadros de pesquisadores que desenvolvem seus estudos contrapondo epistemologias diferentes. Esse embate, quando feito com civilidade e competência, favorece o entendimento dos saberes turístico. Demonstrando o quanto empiricamente erramos e acertamos, de uma coisa temos certeza, queremos nos tornar um país polo mundial do turismo e, para isso, a produção teórica existente sobre o fenômeno demonstra que devemos ser audaciosos e repensar uma série de “dogmas” que atrelam o turista estrangeiro aos perfis moldados segundo o gosto das grandes redes hoteleiras estrangeiras. Quem sabe, devemos ousar e propor uma Política Nacional de Turismo que atenda e estimule o turismo interno, para, em paralelo, buscar o turismo receptivo, Made in Brasil? E não Made in Brazil.

Para isso se tornar realidade, necessitamos entender que a culinária nacional e “o bem-receber”, ou seja, a hospitalidade brasileira e o processo histórico do nosso país construíram-se em bases cosmopolitas e não necessitam de padrões de vida importados segundo os interesses econômicos, materiais e simbólicos dos estrangeiros. Pois, nós somos a síntese de várias culturas como registra o imortal Darcy Ribeiro:

[...] O Brasil tem sido, ao longo dos séculos, um terrível moinho de gastar gentes, ainda que, também, um prodigioso criatório. Nele se gastaram milhões de índios, milhões de africanos e milhões de europeus. Nascemos de seu desfazimento, refazimento e multiplicação pela mestiçagem. Foi desindianizando o índio, desafricanizando o negro, deseuropeizando o europeu e fundindo suas heranças culturais que nós fizemos.

Nós, brasileiros, bem podemos optar pela autonomia e pela singularidade, em razão de nossa dimensão continental e da

condição de maior das províncias neolatinas. Mas, também, com base na democracia racial que estamos desafiados a construir como um povo confluyente de todas as raças⁷.

Nesse sentido, lutemos para repensar um turismo que recupere nossas raízes culturais, gastronômicas, baseado em nossa idiossincrasia e que mostre para o mundo o jeito de ser brasileiro em sua histórica forma de hospitalidade. Enfrentemos os modismos importados, combatendo o estrangeirismo da forma de ser dos hotéis que possuem a leitura de que a hospitalidade tem que ser a mesma em todas as partes do mundo, numa globalização de um tipo de hospitalidade que se assume universal, mas que, sufoca a diversidade cultural, impondo uma cultura massificada, porque não dizer etnocentrista em que o turista estrangeiro se vê obrigado a consumir o estilo de vida Fast Food.

Pensem numa Política Nacional de Turismo, diferente da “existente”, cuja centralidade seja dada pelo turista nacional e não pelo estrangeiro. Para isso, há a necessidade de um conjunto de políticas públicas, destinado a todas as classes sociais, em que o Estado, associando-a a iniciativa privada, intervenha para que haja de fato oportunidades estimuladas e o direito garantido da prática do lazer e do turismo para a população brasileira.

A política de turismo predominante que dá prioridade à captação de eventos internacionais, num país em que a miséria denuncia vários tipos de fome: saúde, habitação, trabalho, salário digno para o trabalhador, subnutrição, brasileiros que nunca viram o mar, nunca ficaram numa pousada ou hotel ou se quer nunca fizeram uma refeição num restaurante. Em um país, onde a classe política pleiteia aumento salarial, na qual um trabalhador que ganha o salário mínimo necessitaria

trabalhar oito anos para obter o rendimento mensal de um político.

Há um grande e lamentável engano na política de turismo brasileira, então, por que não começar por impormos nosso estilo de riqueza cultural? Que tal iniciar pelos hotéis que seguem as preferências do Lobby americano e europeu? Quem sabe, poderíamos iniciar por um “desmonte” no quarto de hotel, sim, por ele, quem sabe, pelo frigobar? Lá há de tudo, igual aos serviços disponíveis em um hotel em Hong Cong ou em Miami: Coca-Cola, Sprite, água mineral, pequenas garrafas de Whisky, chocolates multinacionais, batatas fritas, bolachas doces e salgadas. Por que não substituir por produtos brasileiros como:

- Cocadinha baiana; sucos de marca nacional; cural, doce de goiaba e de abóbora com coco, doce-de-leite, goiabada, assaí, queijos branco e provolone, quindim (quem resiste a um desses?). Água-de-coco gelada, rapadura, castanha-do-Pará, caju assado, amendoim, biju-de-coco, banana, sorvete de frutas brasileiras, pinhão, caipirinha, pamonha, vinho brasileiro, guaraná etc.

Tudo isso acondicionado a vácuo e próprio para o consumo imediato com o máximo de higiene para seu manuseio. Tecnologia estas que as empresas brasileiras possuem, necessitando apenas aparecer a demanda.

- Na gastronomia, esse item é quase infinito: feijoada, acarajé, vatapá, churrasco, esfirra, baião-de-dois, farofa-de-paçoca, cuscuz, comida mineira, torresmo, caldo de feijão, peixes de água doce, pudins, frutas tropicais, mandioca frita, bolinho de arroz, brigadeiro, pizza, pão de milho, carne de sol, licores de frutas, pastel, farofa etc.

É obvio que um bom chefe de cozinha, com experiência, saberá preparar esses alimentos ao gosto do paladar do estrangeiro e do próprio brasileiro, pois somos um país continental, com diferentes e marcantes gostos regionais. Essa é nossa riqueza cultural gastronômica que deve ser sentida pelo estrangeiro.

Comecemos pelo turismo do brasileiro, deem condições para que o povo conheça seu país e se orgulhe de ser uma mescla de etnias que forma este imenso continente que se chama Brasil.

Conseguimos teorizar, dentro das universidades, sobre o turismo como uma das necessidades básicas do homem, alcançamos produzir teorizações dentro de epistemologias diferentes e não temos de fato um turismo voltado para os brasileiros. Um fato pode ser constatado, ou a academia está sendo desprezada pelo Governo ou somos ainda imaturos para criar políticas públicas próprias que osem ultrapassar o padrão globalizado da hospitalidade imposta pelos grandes grupos econômicos.

As universidades públicas sofreram materialmente e intelectualmente, e as particulares caminharam para o mesmo jogo da inércia e desmotivação do aluno que não enxerga facilidade no mercado de trabalho. Acrescentando um quadro de professores mal remunerados, tudo isso cria um ciclo vicioso de desânimo, em que doutos sábios que administram ou são proprietários dos meios de produção das instituições educacionais, apelam para palestras de motivação aliadas ao tônico revigorante do modismo do empreendedorismo.

As experiências, nesse campo, demonstram que o fator empreendedor depende da economia e políticas governamentais para que de fato tal premissa ocorra. Entretanto, num país em

que os juros é um dos mais elevados do mundo, em que a economia está nas mãos das transnacionais, e no qual a Embratur caminha na contramão da história, o turismo tornou-se sinônimo de exclusão social.

Novamente esquecemos do povo brasileiro, e o que é mais incrível, num país governado pelo Partido dos Trabalhadores. A quem devemos apelar, uma vez que a intelectualidade do turismo foi excluída em quase sua totalidade e os que lá estão, no governo, pouco podem fazer. Devemos pedir a volta do passado! Isso nunca, pois quem por ele passou sabe que a história não se repete, e conforme Karl Marx, quando isso ocorre, surge como comédia e/ou tragédia. A política do turismo no Brasil sempre se repetiu, portanto, a realidade que estamos vivendo, para uns é uma tragédia,

enquanto para outros uma comédia, a diferença consiste apenas no estilo da peça teatral.

Referências

CASPARI, Elio. A ditadura envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DA SILVEIRA, Joaquim Xavier. Turismo Prioridade Nacional. Rio de Janeiro: Record, s/d.

KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Edusp, 2003.

RIBEIRO, Darcy. Aos Trancos e Barrancos. Rio de Janeiro: Guanabara, 1985.

_____. O Brasil como Problema. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

ROLLEMBERG CRUZ, Denise. A imprensa no exílio. In: Maria Luiza Tucci Carneiro (org.). Minorias Silenciadas. São Paulo: Edusp, 2002.

¹ CASPARI, Elio. A ditadura envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 223.

² Provavelmente, a serviço do grupo de Golbery do Couto e Silva que tinha por objetivo dar aos militares golpistas as bases “legais para manter o Estado de exceção”. O grupo ideológico e político da ditadura, formado por oportunistas e negociatas e por fascistas, não podia ser mais sinistro. Incluem como ideólogo do regime Golbery do Couto e Silva, general reformado e empregado da Dow Chemical. Entre os juristas, adotou como mentores dos atos de exceção Francisco Campos e Carlos Medeiros da Silva, e como gestores da repressão e de censura, Alfredo Buzaid, Armando Falcão e Antonio da Gama e Silva. Darcy Ribeiro. Aos Trancos e Barrancos. Rio de Janeiro: Guanabara, 1985, ref. 1830.

³ O professor Luís Antonio da Gama e Silva sofreu um processo de desgaste político e se tornou persona non grata para o esquema dos militares e no interior da sociedade civil. Por razões que desconhecemos, a antiga Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas, hoje UNIBERO, contratou-o, em 1975, para exercer a função de Diretor da Faculdade. A primeira turma de Turismo da UNIBERO possui o diploma de graduação assinado pelo primeiro Ministro da justiça da Ditadura Militar.

⁴ DA SILVEIRA, Joaquim Xavier. Turismo Prioridade Nacional. Rio de Janeiro: Record, s/d. p. 22.

⁵ KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Edusp, 2003. p. 56.

⁶ Não poderia deixar de mencionar que em razão da existência de aproximadamente 50 títulos entre boletins, jornais e revistas publicadas no exterior denunciando a ditadura militar e seu processo esmagador junto à população civil brasileira, desde agosto de 1964. Como podemos constatar numa nota de rodapé do riquíssimo texto de Denise Rollemberg Cruz, com o título: A imprensa no exílio. In: Maria Luiza Tucci Carneiro (org.). Minorias Silenciadas. São Paulo: Edusp, 2002.

Vale o registro de que o Correio Braziliense, surgido no México, em 7 de agosto de 1964, já se propunha, no décimo porém último número, de 27 de outubro de 1964, a denunciar, no exílio, “o terror e a tortura institucionalizados no Brasil” com o golpe. Afirmava: Não sendo o único, esse é também um modo de lutar (p. 1/capa). “Lembrava que este era um trabalho exclusivo do Correio Braziliense” (p. 2).

⁷ RIBEIRO, Darcy. O Brasil como Problema. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 13-14.